



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC
Ano 8 - Número 462 - 08/06 a 12/06/2026

Sumário

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- e-Social
- Outras Notícias
- Atos Normativos
- Dados estatísticos do TST

Destaque da Semana

[Câmara aprova Convenção 187 da OIT sobre segurança e saúde no trabalho](#)

Sinait - 09/06/2026

A Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira, 3 de junho, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 720/2024, que incorpora ao ordenamento jurídico brasileiro a Convenção nº 187 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata do marco promocional para a segurança e a saúde no trabalho. A proposta segue agora para análise do Senado Federal.

A relatora da matéria, deputada Laura Carneiro (PSD-RJ), destacou que a convenção reforça dispositivos constitucionais que garantem aos trabalhadores a redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

Adotada pela OIT em 2006 e em vigor internacionalmente desde 2009, a Convenção 187 estabelece que os países que a ratificarem devem promover a melhoria contínua das condições de segurança e saúde no trabalho, com o objetivo de prevenir acidentes, doenças ocupacionais e mortes relacionadas ao trabalho.

Entre os requisitos previstos estão a existência de legislação específica, autoridade responsável pelo setor e mecanismos de fiscalização e inspeção. O texto também prevê a participação de representantes de trabalhadores e empregadores na formulação de políticas e programas nacionais voltados à promoção de ambientes laborais seguros e saudáveis.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Indústrias de refrigerante questionam tese do TST sobre adicional de periculosidade para motociclistas](#)

Supremo Tribunal Federal - 11/06/2026

A Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e Bebidas Não Alcoólicas (Abir) apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação contra entendimento do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que assegurou o pagamento de adicional de periculosidade a trabalhadores que utilizam motocicleta em via pública no exercício de suas atividades. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental ([ADPF 1337](#)) foi distribuída ao ministro André Mendonça.

[Uniformiza: Justiça do Trabalho lança prêmio para reconhecer boas práticas de uniformização de jurisprudência](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/06/2026

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e o Tribunal Superior do Trabalho (TST) instituíram o Prêmio Uniformiza. O objetivo é reconhecer ações institucionais e boas práticas destinadas à uniformização da jurisprudência trabalhista. A premiação busca estimular e premiar iniciativas que contribuam efetivamente para a uniformização da jurisprudência na Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus e no TST, bem como para o fortalecimento do sistema de precedentes qualificados. A premiação será realizada anualmente, preferencialmente durante a Semana Nacional dos Precedentes Trabalhistas.

[Aprendizagem ajuda empresas a formar talentos e ampliar oportunidades para jovens](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/06/2026

Contratar aprendizes vai muito além do cumprimento de uma obrigação legal. Para

RADAR TRABALHISTA

muitas empresas, a aprendizagem profissional tem se consolidado como uma oportunidade de formar talentos, preparar futuros profissionais e contribuir para a transformação social de adolescentes e jovens que buscam a primeira experiência no mercado de trabalho.

[Empresa poderá recorrer em processo de antecipação de provas](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/06/2026

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu permitir à JBS S.A. recorrer contra sentença que julgou procedente uma ação de produção antecipada de provas apresentada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Frigoríficas de Carne Bovina do Portal da Amazônia (Sintracal). A decisão baseou-se nos princípios constitucionais do direito ao contraditório e à ampla defesa.

[Margareth Rodrigues Costa toma posse como ministra do TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/06/2026

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) realizou, nesta quinta-feira (11), a cerimônia de ratificação de posse da ministra Margareth Rodrigues Costa, que assume a vaga aberta com a aposentadoria do ministro Aloysio Corrêa da Veiga, em outubro de 2025. Com a sua chegada, o Tribunal voltou a contar com sete mulheres entre seus 27 ministros. Margareth Rodrigues Costa é a 12ª mulher a integrar a composição do Tribunal em seus mais de 80 anos de história.

[Semana da Conciliação Trabalhista 2026 atende mais de meio milhão de pessoas e bate novos recordes](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/06/2026

Os resultados consolidados da Semana Nacional da Conciliação Trabalhista 2026 alcançaram números recordes com a movimentação de R\$ 2.106.115.446,10 e atendimento a

RADAR TRABALHISTA

mais de 503,4 mil pessoas em todo o país. Com o slogan “Um Acordo Muda o Jogo”, que abordou a temática da Copa do Mundo, a 10ª edição do evento foi realizada entre os dias 25 e 29 de maio.

[TST altera cláusula coletiva que excluía plano de saúde para aposentados por invalidez](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/06/2026

A Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho anulou parcialmente uma cláusula da convenção coletiva do setor de transporte coletivo do Espírito Santo (ES) que permitia excluir aposentados por invalidez do plano de saúde custeado pelo empregador. Para a maioria do colegiado, embora o vínculo trabalhista esteja suspenso, o trabalhador está em situação de vulnerabilidade em razão da incapacidade.

[O que é aprendizagem profissional e por que ela é importante?](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 10/06/2026

A aprendizagem profissional é uma das principais portas de entrada para adolescentes e jovens no mundo do trabalho de forma segura, protegida e com garantia de direitos. É uma modalidade especial de contrato de trabalho que garante ao jovem aprendiz formação técnico-profissional com atividades teóricas e práticas. Esse processo contínuo de formação e qualificação individual contribui para a construção coletiva da mão de obra que será inserida no mercado de trabalho no futuro. Além disso, é uma ótima aliada na erradicação do trabalho infantil e da evasão escolar.

[TST fará audiência pública sobre controle do uso de banheiro durante jornada de trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 08/06/2026

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) realizará, em 25/8, audiência pública para debater o controle e a limitação do uso de banheiro por empregados durante a jornada de tra-

RADAR TRABALHISTA

balho. O objetivo é reunir informações técnicas, científicas e institucionais que auxiliem o julgamento do Incidente de Recursos Repetitivos (IRR) 0000133-52.2023.5.05.0008, em tramitação na Corte ([Tema 117](#)).

[Retenção de documentos e salários em atraso podem caracterizar trabalho análogo à escravidão](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 08/06/2026

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Fazenda Terra Roxa, de Cumaru do Norte (PA), ao pagamento de indenização por danos morais a três trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão. Para o colegiado, não é necessário comprovar cárcere físico ou vigilância armada para caracterizar o trabalho escravo contemporâneo.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Executivo

[Brasil destaca transição justa, igualdade salarial e regulação digital em conferência da OIT](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 11/06/2026

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, concluiu sua agenda oficial na 114ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT), realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, na Suíça, com participação em reuniões estratégicas sobre transição justa, igualdade salarial e regulação do trabalho em plataformas digitais.

[Empregadores têm até 20 de junho para enviar dados ao eSocial para o Abono Salarial](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 10/06/2026

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) informa que o prazo para os empregadores enviarem ao eSocial as informações relativas aos vínculos empregatícios do ano-base 2024 encerra-se em 20 de junho. Os dados enviados até essa data serão processados para o pagamento do Abono Salarial, previsto para outubro de 2026.

[Brasil avança na construção de um novo modelo de organização do trabalho, diz Luiz Marinho](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 10/06/2026

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, destacou os avanços recentes do Brasil na promoção do trabalho decente durante discurso realizado nesta quarta-feira (10), na sessão plenária da 114ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT), promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, na Suíça.

RADAR TRABALHISTA

[Brasil bate recorde histórico e ultrapassa 726 mil jovens aprendizes no mercado de trabalho](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 09/06/2026

O Brasil registrou um saldo positivo de 54.821 jovens aprendizes inseridos no mercado de trabalho entre janeiro e abril de 2026. Com esse resultado, o estoque de contratos ativos atingiu, em abril, 726.025 trabalhadores na faixa etária entre 14 e 24 anos — o melhor desempenho já registrado em toda a série histórica. Os dados são do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), responsável por fiscalizar e acompanhar o cumprimento da Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000). O saldo positivo representa a diferença entre admissões e desligamentos no período.

[Boletim destaca boas práticas em negociações coletivas no combate à violência contra as mulheres](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 09/06/2026

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) divulgou, nesta terça-feira (9), o [Boletim nº 19 da série Boas Práticas em Negociações Coletivas](#), dedicado ao tema “Combate à Violência contra as Mulheres”. A publicação reúne 20 exemplos de cláusulas negociadas em acordos e convenções coletivas registrados no Sistema Mediador do MTE em 2025. O conjunto demonstra como a negociação coletiva pode contribuir para a prevenção da violência, o acolhimento de vítimas e a promoção da igualdade de gênero no mundo do trabalho.

[Luiz Marinho intensifica articulação internacional na Conferência da OIT com acordos e debates sobre os desafios do mundo do trabalho](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 09/06/2026

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, iniciou sua agenda oficial na 114ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT), promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, na Suíça. Os compromissos, que seguem até o dia 12 de junho, são mar-

RADAR TRABALHISTA

cados por reuniões multilaterais, articulações internacionais e assinatura de acordos voltados ao fortalecimento da cooperação em temas relacionados ao trabalho e ao emprego.

[MTE resgata 69 trabalhadores em condições análogas à escravidão no interior da Bahia](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 08/06/2026

Durante duas operações coordenadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Auditoria Fiscal do Trabalho, foram resgatados 69 trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão em diferentes regiões da Bahia (BA). As ações ocorreram entre 24 de maio e 3 de junho, nos municípios de Seabra, na Chapada Diamantina, e Novo Horizonte, região conhecida pela atividade garimpeira. Ações conjuntas com MPT, DPU e PF ocorreram em canteiro de obras e garimpos subterrâneos e resultaram na interdição das atividades irregulares.

[Fundacentro oferece nova edição de quarta temática do Curso Básico de SST](#)

Fundacentro - 08/06/2026

A nova edição do Curso Básico de Segurança e Saúde no Trabalho - Temática 4: Nexos Acidentários e NTEP, Previdência Social e o Ministério Público do Trabalho ocorre de 16 a 18 de junho, das 14h às 18h, na Fundacentro, em São Paulo/SP, no formato presencial. Também é possível fazer o curso de forma on-line pela plataforma Moodle. Para participar presencialmente, é necessário se inscrever até as 10h de 16 de junho pelo link. Haverá certificação para os participantes presenciais mediante assinatura das listas de presença disponíveis na recepção do saguão, com no mínimo 60% de frequência.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Empresa do setor imobiliário é condenada por descumprir cota legal de aprendizagem](#)

Ministério Público do Trabalho - 12/06/2026

O Ministério Público do Trabalho em Pernambuco (MPT-PE) obteve decisão favorável em ação civil pública ajuizada contra a Cidade Alta Projeto Imobiliário Ltda. por descumprimento da cota legal de aprendizagem profissional. A sentença, proferida pela 3ª Vara do Trabalho de Caruaru, determinou que a empresa mantenha, de forma contínua, o percentual mínimo de aprendizes em seu quadro de pessoal e pague indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 30 mil, a ser revertido ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

[Cartão vermelho ao Trabalho Infantil: evento aponta caminhos de combate e conscientização](#)

Ministério Público do Trabalho - 10/06/2026

Uma prática normalizada pela sociedade, que interrompe sonhos e compromete o presente e o futuro. O trabalho infantil é uma das graves violações aos direitos de crianças e adolescentes e as estratégias para combater essa chaga social foram discutidas no evento “Cartão Vermelho ao Trabalho Infantil”, promovido pelo Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente de Sergipe (Fepeti/SE), Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Sergipe (OAB-SE) e Associação de Juristas Católicos da Arquidiocese de Aracaju (Ajucat), nesta quarta-feira (10).

[Duas empresas do setor industrial são condenadas por descumprir cota de aprendizagem](#)

Ministério Público do Trabalho - 10/06/2026

O Ministério Público do Trabalho em Pernambuco (MPT-PE) obteve decisões favoráveis

RADAR TRABALHISTA

em Ações Civis Públicas (ACPs) ajuizadas contra a Freedom Indústria de Esquadrias e Mangueiras do Nordeste Ltda. e a Quality Indústria de Esquadrias e Mangueiras do Nordeste Ltda. por descumprimento da cota legal de aprendizagem profissional. As sentenças, proferidas pela Justiça do Trabalho em Caruaru, condenaram as empresas ao pagamento de indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 10 mil cada, com reversão ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

[MPT-PE obtém condenação de duas empresas da construção civil por descumprimento da cota de aprendizagem](#)

Ministério Público do Trabalho - 10/06/2026

As sentenças, proferidas pela Justiça do Trabalho em Caruaru, fixaram indenizações por dano moral coletivo que somam R\$ 25 mil. Nos dois casos, as decisões reconheceram que o descumprimento da cota de aprendizagem ultrapassa uma irregularidade administrativa. A ausência das contratações compromete uma política pública voltada à profissionalização de adolescentes e jovens, à inclusão protegida no mundo do trabalho e ao enfrentamento do trabalho infantil.

[Assédio eleitoral é tema de curso para Juízes do Trabalho em Sergipe](#)

Ministério Público do Trabalho - 09/06/2026

Em anos eleitorais, situações que acontecem no meio ambiente de trabalho e que podem interferir, de forma abusiva, no voto livre e na opinião política de trabalhadoras e trabalhadores no ambiente de trabalho estão cada vez mais frequentes. As eleições de 2022 serviram de alerta para reforçar o enfrentamento ao assédio eleitoral, após 3.145 denúncias registradas, de acordo com dados do sistema informatizado do Ministério Público do Trabalho (MPT).

RADAR TRABALHISTA

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[SINAIT atua pela manutenção do texto do Estatuto do Aprendiz no Senado](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 11/06/2026

A diretora do SINAIT, Rosa Jorge, e o presidente do Conselho de Delegados Sindicais, Anísio Barcelos, estiveram com Gustavo Costa, assessor legislativo do senador Veneziano Vital do Rego (MDB/PB), relator do [PL 6461/2019](#) (Estatuto do Aprendiz), nesta quarta-feira, 10 de junho. Os dirigentes sindicais levaram considerações que reforçam a manutenção do texto aprovado na Câmara dos Deputados, em abril, que preserva a política pública da aprendizagem, em consonância com o relatório apresentado pelo senador na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

RADAR TRABALHISTA

Outras Notícias

[Escala 12 x 36 é válida se norma coletiva autoriza folgas e intervalo reduzido](#)

Consultor Jurídico - 14/06/2026

O aprimoramento dos mecanismos de fiscalização estatal, a ampliação da responsabilização penal e os debates travados no Supremo Tribunal Federal, especialmente nos Temas 1.158 [1] e 1.425 [2] de repercussão geral, colocaram o crime de redução à condição análoga à de escravo no centro das discussões jurídicas nacionais. A análise dos limites conceituais do que seria “trabalho degradante” e do artigo 149 do Código Penal demonstra que o tema ultrapassa a esfera estritamente penal, passando a integrar, de forma decisiva, a agenda de governança corporativa, gestão de riscos e compliance empresarial.

[Redução à condição análoga à de escravo: Temas 1.158 e 1.425 de Repercussão Geral do STF](#)

Consultor Jurídico - 14/06/2026

A Justiça do Trabalho foi um dos primeiros ramos do Judiciário brasileiro a incorporar, em larga escala, ferramentas de inteligência artificial em suas rotinas processuais. O elevado volume de ações, a pressão histórica por maior celeridade e a tradição de inovação tecnológica, presente desde a implantação pioneira do processo judicial eletrônico, transformaram o ambiente trabalhista em terreno fértil para a automação.

[Acordo coletivo sobre funcionamento de empresa não filiada a sindicato é ilegal](#)

Consultor Jurídico - 13/06/2026

Um acordo coletivo que restringe o funcionamento de empresas não filiadas a sindicatos viola a liberdade de não associação determinada pela Constituição Federal, sendo, portanto, ilegal. Com esse entendimento, a 8ª Vara do Trabalho de Goiânia suspendeu, em decisão liminar, uma cláusula de convenção coletiva de trabalho que obrigava, na

RADAR TRABALHISTA

celebração do acordo, quatro supermercados a funcionar só até as 11 horas aos domingos e feriados.

[Licença ampliada e salário-paternidade: avanço legítimo tem custo](#)

Consultor Jurídico - 12/06/2026

Sancionada em março como um avanço civilizatório das relações de trabalho, a ampliação da licença-paternidade traz méritos inegáveis sob a ótica social. Aliada à criação de um inédito “salário-paternidade”, a Lei 15.371/2026 visa a fortalecer o vínculo familiar, permitindo maior participação paterna, em um modelo mais equilibrado de parentalidade, aumentando gradativamente, de 5 para 20 dias, o período legal de afastamento do pai.

[Empresa é condenada por descumprir normas coletivas da Copa de 2022](#)

Consultor Jurídico - 12/06/2026

O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) condenou uma rede de supermercados de Ipatinga (MG) por descumprimento de regras trabalhistas estabelecidas para a Copa do Mundo de 2022. A ação foi movida por uma repositora de mercadorias que prestou serviço durante as partidas da seleção sem receber integralmente as compensações previstas em convenção coletiva.

[Paradoxo da escala 6x1: por que se discute reduzir jornadas após enfraquecer negociação coletiva?](#)

Consultor Jurídico - 12/06/2026

O debate sobre o fim da escala 6x1 ganhou força no Brasil nos últimos meses. O relatório apresentado na Câmara dos Deputados propõe a redução gradual da jornada semanal de 44 para 40 horas, sem redução salarial, além da garantia de dois dias de descanso semanal. Trata-se, sem dúvida, de uma das mais relevantes discussões trabalhistas das

RADAR TRABALHISTA

últimas décadas.

[Convenção coletiva não pode tirar plano de saúde de aposentado por invalidez](#)

Consultor Jurídico - 11/06/2026

A Seção Especializada em Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho anulou parcialmente uma cláusula da convenção coletiva do setor de transporte coletivo do Espírito Santo que permitia excluir aposentados por invalidez do plano de saúde custeado pelo empregador. Para a maioria do colegiado, embora o vínculo trabalhista esteja suspenso, o trabalhador está em situação de vulnerabilidade em razão da incapacidade.

[Intimidação sistemática no ambiente de trabalho gera dever de indenizar](#)

Consultor Jurídico - 11/06/2026

A 16ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista) manteve a condenação de condomínio por assédio moral e bullying contra auxiliar de manutenção, confirmando o direito à indenização por danos morais. O juízo de origem havia reconhecido a prática reiterada de humilhações por superior hierárquico e o nexo entre essa conduta e o adoecimento psíquico do trabalhador, arbitrando R\$ 16 mil em indenizações.

[Direito a indenização por morte no trabalho se transmite aos herdeiros](#)

Consultor Jurídico - 10/06/2026

O direito de exigir reparação por morte de trabalhador tem natureza patrimonial e deve ser transmitido aos sucessores de forma autônoma, por meio do espólio. Com base neste entendimento, a 11ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região deu parcial provimento a um recurso e condenou os réus a pagarem uma indenização pela perda da vida diretamente ao espólio de um trabalhador fatalmente vitimado, além da repara-

RADAR TRABALHISTA

ção destinada aos familiares.

[CLT garante demissão por justa causa em caso de tentativa de feminicídio](#)

Consultor Jurídico - 10/06/2026

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) garante ao empregador o direito de rescindir o contrato do trabalhador por justa causa por mau procedimento, seguindo requisitos como gravidade e provas, com punição que deve ser aplicada logo depois da ciência do fato. Com base nesse entendimento, a 11ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (interior de São Paulo) modificou uma decisão da Vara do Trabalho de Jundiá e manteve a demissão por justa causa de um empregado acusado de tentativa de feminicídio contra a ex-companheira e de tentativa de homicídio contra o atual companheiro dela

[PEC que permite regime por hora trabalhada tem apoio de 3 mil entidades](#)

Consultor Jurídico - 09/06/2026

Um grupo de cerca de três mil entidades empresariais, encabeçado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e por confederações nacionais, lançou um manifesto em defesa da Proposta de Emenda à Constituição 12/2026. O texto propõe a criação de um regime de trabalho baseado em horas efetivamente trabalhadas. A PEC 12/2026, de autoria do senador Rogério Marinho (PL-RN), prevê que o empregado possa escolher entre o regime flexível e o modelo tradicional da CLT. A ideia, segundo o parlamentar, é permitir que o trabalhador opte por adaptar sua rotina, seja para conciliar o emprego com os estudos e cuidados com os filhos, seja para aumentar a renda trabalhando mais horas em períodos de alta sazonalidade.

[Que trabalhador? O direito do trabalho e a recusa à emancipação](#)

Consultor Jurídico - 09/06/2026

RADAR TRABALHISTA

Em “Nós, o povo. Mas que povo?”, publicado na Lexum, Fernando Borges de Moraes faz uma pergunta incômoda. A soberania popular pertence à pessoa humana, não ao aparato estatal. Mas o que sobra dessa soberania quando parcela crescente do “povo” passa a depender materialmente do Estado para sobreviver? A resposta é desconfortável. Quando um mecanismo emergencial de proteção social vira modelo político duradouro, forma-se uma cidadania desvinculada da responsabilidade econômica, da autonomia privada e da própria capacidade de participação política.

[Estimativa inicial de reclamação trabalhista não limita valor da condenação, decide TST](#)

Consultor Jurídico - 08/06/2026

Se o trabalhador indicar expressamente na petição inicial que os valores atribuídos aos pedidos são apenas estimativas, o valor final da condenação não fica limitado a essas quantias. A exigência legal de indicação de valores não impede a apuração do real montante devido. Com base nesse entendimento, a 8ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho reformou uma decisão e afastou a limitação da condenação de uma empresa de bebidas aos valores que haviam sido indicados no início do processo por um ex-empregado.

[TRT-24 afasta vínculo de corretora contratada como PJ](#)

Migalhas - 13/06/2026

A 2ª turma do TRT da 24ª região afastou o reconhecimento de vínculo de emprego entre uma corretora de imóveis e uma incorporadora durante o período em que a profissional atuou por meio de pessoa jurídica. Por maioria, o colegiado entendeu que a contratação ocorreu de forma autônoma e que não ficaram demonstrados os elementos necessários para caracterizar a relação empregatícia, especialmente a subordinação jurídica.

[TRT-15 mantém justa causa de trabalhador que ameaçou colegas com estilete](#)

Migalhas - 11/06/26

RADAR TRABALHISTA

A 10ª câmara do TRT da 15ª região manteve dispensa por justa causa de operador de produção acusado de ameaçar colega de trabalho com estilete dentro da empresa. O colegiado concluiu que a conduta representou falta grave suficiente para romper a confiança necessária à continuidade do vínculo empregatício.

[“Papa não está feliz com sua interpretação”, diz Vieira a Ives Gandra sobre descanso dominical](#)

Migalhas - 09/06/2026

O presidente do TST, ministro Vieira de Mello Filho, criticou nesta segunda-feira, 8, a interpretação feita pelo ministro Ives Gandra Martins Filho sobre a encíclica Magnifica Humanitas, do papa Leão XIV. A manifestação ocorreu durante julgamento em que a SDC, por 4 votos a 3, anulou cláusula de convenção coletiva que equiparava as regras de descanso dominical de homens e mulheres no comércio varejista do Rio Grande do Sul.

[Carta de entidades empresariais mira PEC que reduz jornada e extingue escala 6x1](#)

Migalhas - 09/06/2026

Quem ainda compulsava jornais de papel (espécie cada vez mais rara, já catalogada por alguns naturalistas da comunicação) ou quem os lê na tela do computador (hábito igualmente reservado a um pequeno e resistente contingente de brasileiros) percebeu hoje uma ofensiva coordenada de entidades empresariais em diversos matutinos do país.

[TRT-5: Trabalhador será indenizado por demissão às vésperas de eleição sindical](#)

Migalhas - 08/06/2026

A 3ª turma do TRT da 5ª região restabeleceu a condenação de uma empresa ao pagamento de indenização por danos morais a trabalhador dispensado sem justa causa durante processo eleitoral para escolha de representante dos empregados. O colegiado entendeu que a dispensa teve caráter discriminatório e antissindical, por ter ocorrido um dia antes da eleição em que o empregado era o único candidato ao cargo.

RADAR TRABALHISTA

[TRT-2 suspende recurso sobre adicional de insalubridade até definição do TST](#)

Migalhas - 08/06/2026

O desembargador Francisco Ferreira Jorge Neto, vice-presidente judicial do TRT da 2ª região, determinou a suspensão de recurso que discute o pagamento de adicional de insalubridade a empregada responsável pela higienização de sanitários em ambiente empresarial. A medida foi adotada em razão da instauração, pelo TST, do IRR 33, que definirá parâmetros nacionais para o reconhecimento da insalubridade nessas atividades.

[Comissão aprova obrigatoriedade de notificação de distúrbios vocais relacionados ao trabalho](#)

Revista Proteção - 12/06/2026

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que determina a notificação compulsória do distúrbio vocal relacionado ao trabalho como doença funcional. O objetivo é aperfeiçoar as políticas públicas e proteger a saúde vocal de profissionais que utilizam a voz como instrumento de trabalho, em especial professores e teleoperadores.

[Brasil e Organização Internacional do Trabalho reforçam parceria estratégica](#)

Revista Proteção - 10/06/2026

Representantes do Governo do Brasil, das organizações de empregadores e de trabalhadores, e representantes de alto nível da Organização Internacional do Trabalho (OIT) reafirmaram seu compromisso compartilhado com a promoção do trabalho decente por meio da Cooperação Sul-Sul e Trilateral (CSST) durante a reunião anual de revisão da parceria em CSST, realizada na sede da OIT, em Genebra.

[Dia Nacional de Luta contra Queimaduras alerta para acidentes de trabalho](#)

RADAR TRABALHISTA

Revista Proteção - 08/06/2026

“Trabalho seguro sem queimaduras: Prevenção é o melhor equipamento de proteção”. Esse é o slogan da campanha Junho Laranja deste ano. Promovida pela SBQ (Sociedade Brasileira de Queimaduras), a cada ano, a entidade elege uma temática central para aprofundar o debate e, em 2026, o foco são os acidentes de trabalho que geram queimaduras.

[Experiência do Brasil em diálogo social é destaque durante a Conferência Internacional do Trabalho](#)

Organização Internacional do Trabalho - 09/06/2026

A experiência brasileira de diálogo social tripartite foi destaque no Diálogo Técnico do Programa Brasil-OIT, realizado nesta terça-feira, à margem da 114ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT), em Genebra. O encontro reuniu representantes de governos, organizações de trabalhadores e de empregadores de diversos países para discutir mecanismos de participação social e construção coletiva de políticas públicas para o mundo do trabalho.

[PL do Poder Executivo sobre fim da escala 6x1 avança com designação de relator](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 12/06/2026

O deputado Leo Prates (REP-BA) foi designado relator do Projeto de Lei nº 1.838/2026, que dispõe sobre a redução da duração normal do trabalho e sobre o descanso semanal remunerado dos trabalhadores. De autoria do Poder Executivo, a proposta tramita em regime de urgência constitucional e, por essa razão, deverá ser analisada diretamente pelo Plenário da Câmara dos Deputados. Ainda não há data definida para a deliberação da matéria. O cronograma de votação deverá ser discutido em reunião de líderes nas próximas semanas, quando os parlamentares debaterão o calendário de apreciação das proposições em tramitação na Casa.

RADAR TRABALHISTA

[Consulta pública sobre revisão da NR-04 é reaberta para contribuições](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 09/06/2026

Empresas e entidades da indústria da construção têm até o dia 15 de junho para participar da consulta pública sobre a revisão do Anexo I da Norma Regulamentadora nº 4 (NR-04), que relaciona as atividades econômicas classificadas pela CNAE aos respectivos graus de risco utilizados na legislação de segurança e saúde do trabalho. A consulta foi reaberta pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 1º de junho de 2026, retomando um processo iniciado em outubro do ano passado. A proposta busca atualizar os critérios de enquadramento das atividades econômicas, tema que pode gerar impactos para diferentes segmentos produtivos, incluindo a construção civil.

[Construção reforça segurança nos canteiros de obras](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 09/06/2026

A construção de Joinville está intensificando as iniciativas de prevenção de acidentes e promoção da saúde ocupacional. Dados do SECONCI Joinville mostram que, ao longo de 2025, foram registradas 54 Comunicações de Acidente de Trabalho (CATs) entre as 174 empresas associadas à entidade. Em média, foram 4,5 acidentes de trabalho/mês em um universo que representa entre 4,3 mil e 4,8 mil vidas atendidas mensalmente.

[STF reafirma o comum acordo e reconhece legitimidade das empresas em dissídios coletivos](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 09/06/2026

O Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), proferiu decisão no ARE nº 1.563.175/RJ com importantes repercussões para as relações coletivas de trabalho. Embora tenha mantido a extinção do dissídio coletivo analisado, o Ministro reconheceu expressamente que as empresas e os sindicatos patronais possuem legitimidade para ajuizar dissídios coletivos de natureza econômica, afastando entendimento histórica-



RADAR TRABALHISTA

mente adotado por parte da jurisprudência trabalhista que restringia essa possibilidade às entidades sindicais profissionais.

RADAR TRABALHISTA

Atos Normativos

[ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 44, DE 2026](#) (DOU de 09/06/2026 Seção I Pág. 03) - Faz saber que a Medida Provisória nº 1.331, de 23 de dezembro de 2025, que “Autoriza a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, nos termos do disposto no art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 1º de junho de 2026;

[PORTARIA SRTE-DF/MTE Nº 967, DE 3 DE JUNHO DE 2026](#) (DOU de 08/06/2026 Seção I Pág. 315) - Institui o Fórum Distrital da Aprendizagem Profissional do Distrito Federal - FDAP/DF e dá outras providências;

[PORTARIA SRTE/SE/MTE Nº 973, DE 3 DE JUNHO DE 2026](#) (DOU de 09/06/2026 Seção I Pág. 211) - Fica instituído o Fórum Estadual da Aprendizagem Profissional do Estado do Sergipe FEAP/SE, instância permanente de caráter consultivo, propositivo e de articulação institucional, destinada a promover o diálogo e propor ações entre o poder público, empregadores, entidades formadoras e sociedade civil, com vistas ao fortalecimento da política pública de aprendizagem profissional no Estado de Sergipe;

[PORTARIA SRTE/RO Nº 1, DE 8 DE JUNHO DE 2026](#) (DOU de 10/06/2026 Seção I Extra Pág. 30) - Disciplina a instituição do Fórum Estadual da Aprendizagem Profissional em Rondônia e dispõe sobre sua organização e funcionamento;

[PORTARIA CONJUNTA DTI/DIRBEN/INSS Nº 21, DE 9 DE JUNHO DE 2026](#) (DOU de 12/06/2026 Seção I Pág. 96) - Altera a Portaria Conjunta DTI/DIRBEN/INSS nº 10, de 4 de novembro de 2025, que dispõe sobre o uso da procuração eletrônica na plataforma digital Meu INSS;

[PORTARIA SRTE/PB/MTE Nº 998, EM 10 DE JUNHO DE 2026](#) (DOU de 12/06/2026 Seção I Pág. 114) - Fica instituído o Fórum Estadual da Aprendizagem Profissional do Estado da Paraíba -FEAP/PB, instância permanente de caráter consultivo, propositivo e de articula-

RADAR TRABALHISTA

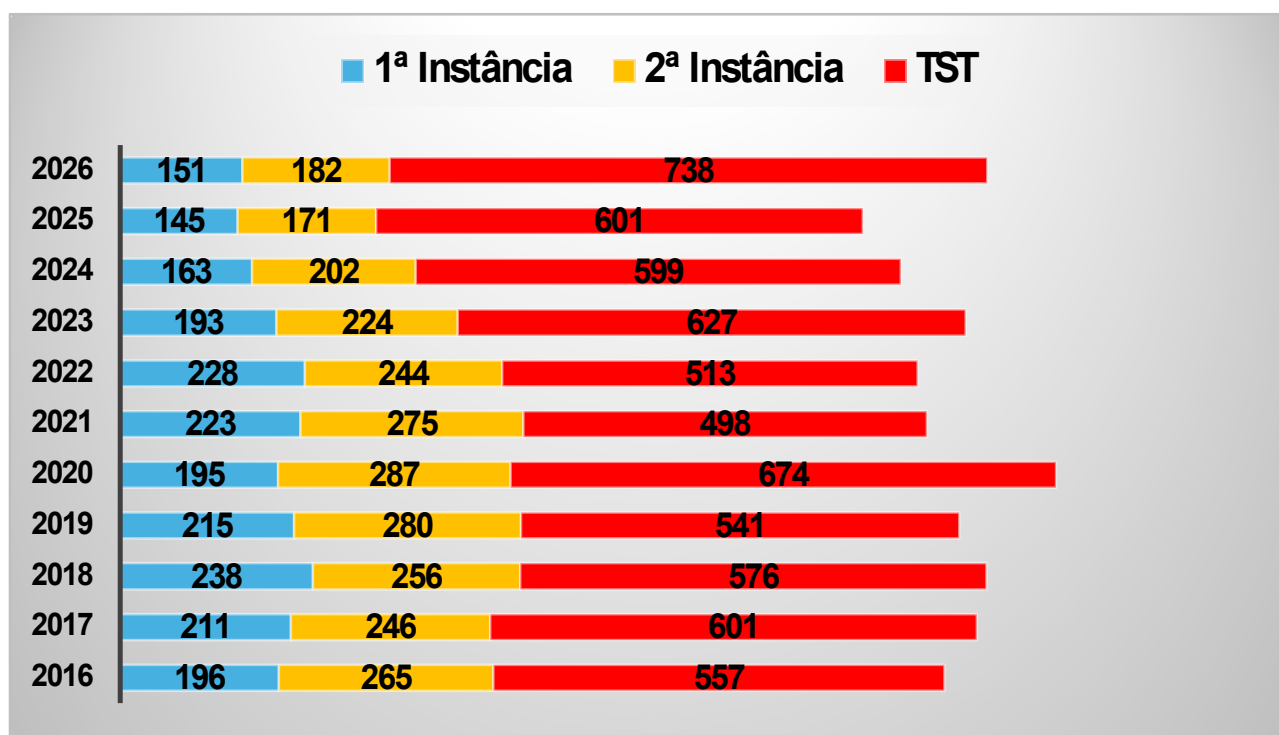
ção institucional, destinado a promover o diálogo e propor ações entre o poder público, empregadores, entidades formadoras, instituições, organizações e sociedade civil, com vistas ao fortalecimento da política pública de aprendizagem profissional no Estado da Paraíba. Parágrafo Único. O FEAP/PB não possui personalidade jurídica própria e atuará sob a coordenação da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado da Paraíba (SRTE/PB);

[PORTARIA SRTE-GO/MTE N° 980, DE 8 DE JUNHO DE 2026](#) (DOU de 12/06/2026 Seção I Pág. 115) - Fica instituído o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Promoção da Aprendizagem em Goiás (FEPETIAGO), instância permanente, de caráter consultivo, propositivo e de articulação interinstitucional entre o poder público, empregadores, entidades formadoras da aprendizagem profissional e sociedade civil, no âmbito do Estado de Goiás;

RADAR TRABALHISTA

Dados estatísticos do TST

Série histórica de tempo médio de tramitação (dias) de processos na Justiça do Trabalho até o ano de 2026 (maio):



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

RADAR TRABALHISTA

Expediente

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC)

Renato Correia
Presidente

Fernando Guedes Ferreira Filho
Presidente Executivo

COMISSÃO DE POLÍTICA DE RELAÇÕES TRABALHISTAS (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin
Vice-presidente da CPRT/CBIC

Gabriela Serafim
Gestora de Projetos da CPRT/CBIC

QUEIROZ NETO ADVOGADOS

Clovis Veloso de Queiroz Neto
Consultor CBIC e Responsável Técnico